Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 2, 2020, pp. 661-671
Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Alfredo de Freitas Branco e o Integralismo Lusitano

Alfredo de Freitas Branco and Lusitanian Integralism

Sílvia Gomes[1]

Resumo

Este artigo pretende evidenciar a ligação de Alfredo de Freitas Branco ao Integralismo Lusitano, um movimento que surgiu em Portugal, no início de 1914, de matriz antiliberal, cujo programa fundamental estabelecia, entre outros aspectos, o regresso a uma Monarquia tradicionalista, centrada na figura do Rei.

Neste sentido, procuramos apresentar um breve enquadramento histórico do Integralismo Lusitano e alguns aspectos essenciais do seu desenvolvimento doutrinário e político, sobretudo no primeiro quartel do século XX, o seu período de maior influência.

Em articulação com a história do movimento, abordamos a acção de Alfredo de Freitas Branco, enquanto membro do Integralismo Lusitano, destacando o seu contributo na formação e propagação do projeto integralista.

Palavras-chave: Alfredo de Freitas Branco; Integralismo Lusitano; Monarquia; Doutrina.

Abstract

This article intends to highlight the connection of Alfredo de Freitas Branco to Lusitanian Integralism, a movement that emerged in Portugal, in the beginning of 1914, of an antiliberal matrix, whose fundamental program established, among other aspects, the return to a traditionalist monarchy, centered on the King's figure.

In this sense, we try to present a brief historical background of the Lusitanian Integralism and some essential aspects of its doctrinal and political development, especially in the first quarter of the 20th century, its period of greatest influence.

[1] Mestre em Gestão Cultural e licenciada em Ciências da Cultura pela Universidade da Madeira. Investigadora do CIERL – Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira. Colaboradora no projeto *Aprender Madeira* (CLEPUL/APCA – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – Universidade de Lisboa / Agência de Promoção da Cultura Atlântica) na autoria de diversas entradas para o *Madeira Global – Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*. Os seus principais interesses de investigação são a cultura, a sociedade e as tradições madeirenses. Contacto: silvia.gms1@gmail.com.

In articulation with the history of the movement, we approach the action of Alfredo de Freitas Branco, as a member of Lusitanian Integralism, highlighting his contribution in the formation and propagation of the integralist project.

Keywords: Alfredo de Freitas Branco; Lusitanian Integralism; Monarchy; Doctrine.

Alfredo de Freitas Branco e o Integralismo Lusitano

O Integralismo Lusitano foi um movimento doutrinário e político, tradicionalista e conservador, que surgiu nos inícios da Primeira República, opondo-se ao regime democrático parlamentar e à monarquia liberal. O integralismo defendia o regresso a uma monarquia orgânica tradicionalista, centrada na figura do rei, que seria o chefe de Estado, além de defender também os privilégios da religião católica.

No seu programa, o Integralismo Lusitano apresenta a nação organizada, hierarquizada e seleccionada, com a representação dos núcleos tradicionais: a família, os municípios, as profissões. Os integralistas defendiam o vínculo da terra, privilegiando o campo em vez da cidade, a agricultura ao invés da indústria. Para estes, a industrialização constituía a base da acumulação capitalista, destruidora das velhas profissões artesanais, dos valores da tradição e das estruturas da velha ordem social.

Os fundadores do Integralismo Lusitano foram, na sua maior parte, antigos estudantes e companheiros na Universidade de Coimbra, onde desenvolveram várias iniciativas culturais, reunindo-se em tertúlias literárias: discutiam Spencer, Nietzsche e Bergson; publicavam poesia, ficção, ensaios e crítica de teatro.

Após a Implantação da República, a 5 de Outubro de 1910, o grupo esteve temporariamente separado, seguindo caminhos diversos, embora se mantivessem ligados, por via epistolar. Todos eles tiveram contacto com a doutrina da *Action Française* e com o pensamento de Charles Maurras, que teriam, por sua vez, influência na formação do movimento português. Chamaram ao movimento "Integralismo Lusitano", expressão usada numa revista literária denominada *Alma Portuguesa*, publicada na Bélgica, em 1913, por um grupo de exilados monárquicos, que haviam cooperado nas incursões de Paiva Couceiro, entre os quais Francisco Rolão Preto (1893-1977) e Luís Almeida Braga (1886-1970).

Também em 1913, o Padre Amadeu de Vasconcelos (1879-1952), antigo republicano, exilado em Paris, publicava *Os Meus Cadernos,* sob o pseudónimo de *Mariotte*,

sendo dos primeiros textos portugueses que reflectem a doutrina da *Action Française*[2]. Já em Fevereiro de 1914, João do Amaral (1893-1981), outro antigo republicano, convertido à monarquia, lançava em Lisboa o primeiro número do periódico panfletário *Aqui d'El-Rei!...*[3], onde sistematizava a doutrina do Integralismo Lusitano, explicando o que se devia entender por monarquia orgânica, antiparlamentar, descentralizadora e tradicionalista.

Assim, ia sendo estruturado o projecto integralista, que se iniciou como movimento organizado, em 1914, com o surgimento da revista *Nação Portuguesa*[4], o seu primeiro órgão teórico. Desta forma, os integralistas começam a sua a campanha ideológica, pugnando pelo regresso à monarquia tradicional, que teria sido interrompida pelo liberalismo.

Em 1915, o grupo realizou uma série de conferências na Liga Naval, sobre a «Questão Ibérica», a pretexto da ameaça espanhola. Com as conferências, iniciadas a 7 de Abril, os integralistas tiveram um momento de projecção pública, abordando diversos temas de interesse nacional, a nível político, económico, cultural, entre outros[5]. Contudo, as conferências foram interrompidas no mês seguinte, na sequência do movimento que derrubou a ditadura de Pimenta de Castro. O movimento, que até então era doutrinário e literário, torna-se também político.

Após esta breve síntese acerca da instituição e desenvolvimento inicial do Integralismo Lusitano, procuramos agora explorar alguns aspectos da vida de Alfredo Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz, em articulação com a história do movimento. Nesta perspetiva, pretendemos compreender o contributo desta figura madeirense, na formação e propaganda dos ideais integralistas, numa baliza cronológica compreendida entre 1915 e 1932.

---

[2] *Os Meus Cadernos* foram publicados a partir de agosto de 1913 até 1916, com uma segunda série em 1919, no Porto, e um terceira entre 1923 e 1925, em Lisboa. Estes textos reflectem a doutrina de Charles Maurras e influenciam o movimento do Integralismo Lusitano.

[3] *Aqui d'El-Rei!...* foi uma revista panfletária de periocidade quinzenal, publicada em Lisboa, entre Fevereiro e Abril de 1914, num total de cinco números. João do Amaral era, além de proprietário, o seu autor e editor.

[4] O primeiro número da revista *Nação Portuguesa* saiu no dia 8 de abril de 1914. Teve várias séries a partir de 1914 e até 1938, sendo a primeira série dirigida por Alberto de Monsaraz, entre 1914 e 1916, com o subtítulo de *Revista de Filosofia Política*.

[5] Compiladas em volume sob o título *A Questão Ibérica* (1916), as conferências e respetivos autores, foram: «O território e a Raça», por António Sardinha; «A Língua e a Arte», por Hipólito Raposo; «Música e instrumentos», por Luís de Freitas Branco; «Aspectos económicos», por José Pequito Rebelo; «Colonizações ibéricas», por Rui Enes Ulrich; «Direito e instituições», por Xavier Cordeiro; «Aspectos políticos-militares», por Vasco de Carvalho; e «Lição dos factos», por Luís de Almeida Braga. Cf. RAMOS, 1994, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, p. 541 e CRUZ, 1982, «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», pp. 139-140.

Alfredo Freitas Branco nasceu no Funchal a 1 de Janeiro de 1890, onde veio a falecer a 28 de Fevereiro de 1962. Oriundo de ilustres famílias madeirenses, monárquico «por convicção e estudo»[6], ficou conhecido por Visconde do Porto da Cruz, título que passou a usar a partir de 1921[7].

Foi jornalista, publicista, escritor, enfim, uma figura de natureza multifacetada, cujo perfil político e revolucionário o levou a entregar-se a diversas causas públicas, vindo também a abraçar vários credos e ideologias políticas, em diferentes fases da sua vida.

Durante a Primeira República privou com a elite cultural portuguesa, sobretudo ligada aos círculos monárquicos e ao Integralismo Lusitano, movimento a que viria a aderir e no qual viria a desenvolver profícua actividade. É, pois, neste sentido, que pretendemos seguir as suas movimentações, num período de intensa atividade integralista, cujo contributo ainda hoje é ignorado.

Alfredo de Freitas Branco esteve exilado na Galiza e em França por ter participado nas incursões monárquicas de 1911-1912, comandadas por Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944), após a Implantação da República. Tudo indica, portanto, que contactou com a doutrina da *Action Française*, em 1913, durante a sua estadia em Paris.

Quando se realizaram as conferências na Liga Naval, em 1915, Freitas Branco encontrava-se na ilha da Madeira, sua terra natal, para onde havia regressado, após a amnistia concedida aos exilados incompatibilizados com a República. No Funchal, em Maio daquele ano, colabora no recém-formado semanário *O Realista*[8], cujo objectivo principal era a defesa da causa monárquica. Num artigo, sob o título «Pela Monarchia», publicado no primeiro número daquele periódico, Freitas Branco garantia:

---

[6] Afirmação do próprio Freitas Branco, numa entrevista ao *Diário Nacional*, transcrita pelo *Diário da Madeira*: S.A., 1917, «Entrevista de Arte […]», p. 1.

[7] O título de Visconde do Porto da Cruz foi atribuído a Alfredo de Freitas Branco em Abril de 1921, legalmente autorizado por D. Manuel II, no exílio, e reconhecido pelo Conselho da Nobreza em 1950. O seu filho Silvano José de Freitas Branco (n. 1925, m. 2013) viria a ser o 2.º Visconde do Porto da Cruz. O título pertencia ao seu bisavô materno, Valentim de Freitas Leal, conforme afirmou o próprio Alfredo de Freitas Branco nos 2.º e 3.º vols. de *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira*: Cf. PORTO DA CRUZ, 1950, *Notas e Comentários* […], p. 22 e PORTO DA CRUZ, 1953, *Notas e Comentários* […], p. 24 e p. [331].

[8] *O Realista* iniciou a sua publicação no dia 2 de Maio de 1915 e foi suspenso nesse mesmo mês, devido ao golpe que pôs fim à ditadura de Pimenta de Castro. O semanário reapareceu, com uma segunda série (n.º 4), a 27 de Dezembro de 1917 e, a partir do primeiro número da segunda série passou a ser o órgão do Integralismo Lusitano na Madeira. Na primeira série, Ramon Rodrigues era diretor e editor; a partir da segunda série, Alfredo de Freitas Branco passou a ser o director e também redator principal e editor. O último número, o n.º 12, saiu a 21 de Fevereiro de 1918.

> «E, assim, bradando sempre bem alto a minha crença de Cristão e Monárquico sincera e convictamente Legitimista, eu abandonei toda uma vida pacata a que as circunstâncias me obrigavam e agora em *O Realista*, eu vou combater declaradamente, enquanto durar a República, só pela restauração da Monarquia, como único regime que pode salvar esta querida Pátria»[9].

Nestas palavras estão evidentes as suas intenções restauracionistas, a sua ânsia em lutar contra o regime republicano. Todavia, *O Realista* foi suspenso nesse mesmo mês, devido ao golpe que pôs fim à ditadura de Pimenta de Castro, tendo saído apenas três números (reaparecerá em 1917). Interrompido *O Realista*, continuará Freitas Branco a lutar pela causa monárquica por outros meios, como veremos adiante.

Com efeito, ainda nesse ano de 1915, decidido a prosseguir os estudos no curso de Direito, na Universidade de Lisboa, segue para a capital, no mês de Outubro, em plena Grande Guerra. Em Lisboa, priva com António Sardinha, um dos mentores do Integralismo Lusitano, que conhece através do seu primo, o músico Luís de Freitas Branco (que também participara nas conferências na Liga Naval, com a palestra «Música e instrumentos»). Deste modo, toma contacto com o Integralismo Lusitano e adere ao movimento, participando ativamente na difusão da doutrina integralista.

O seu contributo foi desenvolvido, essencialmente, de três formas distintas: numa primeira fase, iniciou uma acção de propaganda junto dos colegas da universidade, procurando disseminar os ideais integralistas. Em segundo lugar, desenvolveu colaboração assídua e prolífera na imprensa periódica. Finalmente realizou diversas conferências, em diferentes locais, abordando a temática do Integralismo Lusitano.

Em 1916, os integralistas continuaram a organização do movimento político, fundando, em Abril, a Junta Central do Integralismo Lusitano. Inicialmente, a Junta Central era composta por Adriano Xavier Cordeiro, Alberto Monsaraz, António Sardinha, Hipólito Raposo, João do Amaral, José Pequito Rebelo, Luís de Almeida Braga e Rui Enes Ulrich. É então publicado o primeiro manifesto subscrito por esta Junta e, em Novembro, definidos em estatutos o objectivo da organização.

No seu plano estrutural, o Integralismo Lusitano procurou ainda constituir juntas provinciais, municipais e escolares, núcleos, conselhos técnicos e sindicatos profissionais. Nesta linha de organização foi também constituído um núcleo integralista na Madeira, a 20 de Janeiro de 1917, que obedecia à Junta Central, de cuja comissão instaladora fez parte Alfredo de Freitas Branco[10].

---

[9] BRANCO, 1915, «Pela Monarchia», pp. 3-4.

[10] Da comissão instaladora do núcleo integralista da Madeira fizeram parte Alfredo de Freitas Branco, Luís Vieira de Castro, Juvenal de Araújo, Ramon Rodrigues e o Padre Eduardo Pereira. Cf. JANES,1997, *Nacionalismo e Nacionalistas* […], p. 149.

Progressivamente, os integralistas iam conquistando novos adeptos, sobretudo entre a nova geração estudantil. Os estudantes aderiam ao Integralismo Lusitano e a doutrina chegava a outras universidades, aumentando o número de inscritos. É neste quadro que Alfredo de Freitas Branco tem uma posição de relevo, ao ser nomeado pela Junta Central como organizador e presidente da Secção Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano.

No dia 22 de Abril de 1917, o jovem integralista proferiu uma conferência no Círculo Católico, em Lisboa, sob o tema «A acção do Estado nas suas relações com a Igreja Católica», editada pela Casa Católica, no mesmo ano. Nesta palestra, defendeu princípios integralistas, entre os quais: o regresso à monarquia tradicional; a família como base dos agregados sociais, combatendo a lei do divórcio; o município com a sua autonomia, a descentralização e o respeito pelos seus privilégios[11].

Ainda em 1917, os integralistas lançam um novo periódico, *A Monarquia*[12], que passava a ser o principal órgão de propaganda do grupo, sucedendo à revista *Nação Portuguesa*, tendo entre os seus colaboradores o madeirense Alfredo de Freitas Branco. No âmbito da campanha do Integralismo Lusitano, os integralistas orientavam também jornais de outros locais do país. Neste contexto, a 27 de Dezembro de 1917, reaparece na Madeira o semanário *O Realista*, que estava suspenso desde 1915. Pertencendo agora à Junta Regional Integralista da Madeira, a segunda série daquele semanário, com o subtítulo «órgão do Integralismo Lusitano na Ilha da Madeira», ostentava a imagem do pelicano, no canto superior esquerdo, com a inscrição «pola lei e pola grei». Alfredo de Freitas Branco, na Madeira, assumia o cargo de director do semanário *O Realista*, como também o de redactor principal e editor. Consciente das dificuldades da função, o novo director declarava:

> «[...] chamados pela Junta Regional Integralista da Ilha da Madeira para a direção do nosso semanário, não nos restava mais que um caminho – *aceitar*, se bem que contrariados, tão honroso quanto difícil encargo, porque o primeiro dever do Integralista é a *obediência absoluta*»[13].

[11] PORTO DA CRUZ, 1917, *A Acção do Estado nas suas relações com a Egreja Catholica*.

[12] *A Monarquia* iniciou a sua publicação a 12 de Fevereiro de 1917, tendo como director Alberto de Monsaraz e João do Amaral como redactor-chefe. Na sequência dos incidentes de Monsanto e da Monarquia do Norte, suspendeu a sua publicação, reaparecendo a 18 de agosto de 1919, tendo como diretor Hipólito Raposo. Entre 10 de Abril e 12 de Julho de 1920 voltou a interromper a edição, por não aceitar exigências de tipógrafos. A publicação terminaria definitivamente a 6 de maio de 1922, depois da assinatura do Pacto de Paris, embora viesse ainda a editar números extraordinários: a 15 de Maio de 1922, um suplemento ao último número; a 10 de Dezembro de 1922; a 5 de Abril de 1923; e a 15 de Maio de 1925, um último número extraordinário aquando da morte de António Sardinha. Cf. CRUZ, 1982, «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», pp. 141-142.

[13] BRANCO, 1917, «Definindo Atitudes», p. 1 (itálico do autor).

Freitas Branco explicava as intenções do novo órgão integralista: «o nosso objectivo é *fixar*, *congraçar*, *solidificar* os nossos princípios, chamar à nossa bandeira *todas* as energias, *todas* as boas vontades capazes de suster a Pátria na fatal derrocada»[14]. Para realizar tal projecto, apelava à união do grupo e contava com o apoio de todos os monárquicos, organizados e sem ambições pessoais. Assim, no semanário *O Realista* fazia propaganda da doutrina integralista:

> «Pugnamos pela monarquia que faça renascer para o País os seus institutos históricos: que, com a autonomia e a mais ampla descentralização administrativa, desfaça o despotismo do individualismo democrático, reunindo no Terreiro do Paço todos os serviços públicos da nação; que substitua o parlamento, tal como o conhe[ce]mos pela representação profissional das classes; que confira á religião católica todas as regalias a que tem jus como a maior força no seio da sociedad[e]; que dê ao Rei toda a independência e as verdadeiras atribuições soberanas»[15].

Neste quadro, Alfredo de Freitas Branco alertava para a necessidade de restaurar a monarquia, mas no seu modelo tradicional, de forma a torná-la forte e «inabalável a todos os ataques do liberalismo»[16]. Esta advertência vinha confirmar a base da ideologia política integralista, que residia num nacionalismo tradicional, contra a concepção liberal do Estado.

Além da colaboração na imprensa periódica, Freitas Branco também publicou alguns livros, que refletem o pensamento integralista e incluem descrições das suas vivências na luta pela causa monárquica e da experiência no exílio: *O destino: romance histórico* (1915); *Anna Clara* (1916); *No exílio: scenas da vida dos conspiradores monarchicos* (1917); e *Charcos* (1917). São as suas primeiras obras literárias e coincidem com um período de prolífera atividade integralista.

A partir de finais de 1917, com a vitória de Sidónio Pais, a atuação política organizada do Integralismo Lusitano ganhou maior relevância. Na verdade, ao longo de 1918, com a presidência e ditadura sidonista, os integralistas viram a sua oportunidade de ocupar lugares no poder, como foi o caso de A. Xavier Cordeiro, António Sardinha e Pequito Rebelo, eleitos deputados.

Em Janeiro de 1918, Alfredo de Freitas Branco regressa a Lisboa. Já na capital, fica fascinado pela figura de Sidónio Pais, tornando-se um dos seus mais fervorosos apoiantes e seguidores. Freitas Branco estava presente na Estação do Rossio quando o presidente foi assassinado e, segundo relata na obra *Paixão e morte de Sidónio* (1928), foi

[14] BRANCO, 1917, «Definindo Atitudes», p. 1 (itálico do autor).
[15] BRANCO, 1917, «Definindo Atitudes», p. 1.
[16] BRANCO, 1917, «Definindo Atitudes», p. 1.

ele próprio um dos homens a prender o assassino do malogrado[17]. Frequentava, então, o curso de oficial na Escola de Guerra, da qual viria a ser demitido, no ano seguinte (a 29 de Maio de 1919), acusado de ser um dos responsáveis pela formação das Juntas Militares, para defesa do regime edificado por Sidónio Pais[18].

Além das Juntas Militares, Freitas Branco participou também em várias conspirações monárquicas, após as derrotas de Monsanto e da proclamação da Monarquia do Norte, nas quais também colaboraram integralistas.

Contudo, com o fracasso das tentativas restauracionistas, surgem divergências no seio dos monárquicos, que iriam provocar o declínio do movimento político integralista. Com efeito, uma facção integralista sentia-se desiludida com o rei exilado, D. Manuel II, durante o pronunciamento monárquico e, mais tarde, por este manter-se fiel aos princípios do constitucionalismo. Esta situação levou-os à cisão dinástica, a 19 de Outubro de 1919 e, após um período a que chamaram de "interregno", passaram a obedecer politicamente e a apoiar o príncipe D. Duarte Nuno de Bragança como herdeiro do trono de Portugal[19]. Porém, esta decisão, tomada pela Junta Central do Integralismo Lusitano, em 1920, não foi unânime, pois alguns permaneceram fiéis a D. Manuel II, vindo a formar, em 1921, a Acção Tradicionalista Portuguesa, liderada por Alfredo Pimenta e Caetano Beirão. Alfredo de Freitas Branco aderiu a esta nova organização que, a partir de 1923, passou a ser conhecida por Acção Realista Portuguesa, tendo como órgão a revista *Acção Realista*[20], então dirigida pelo madeirense Ernesto Gonçalves (1898-1982).

Durante estes anos, Alfredo de Freitas Branco, já Visconde do Porto da Cruz, colabora na *Acção Realista*, onde publica alguns textos defendendo os seus ideais. Num artigo, dirige-se «Aos Combatentes da Monarquia Nova», enaltecendo «os sindicatos monárquicos e quantos caminham confiantes na vitória da Monarquia Nova, *pola Lei e pola Grey*»[21]. Mais tarde, escreve sobre o constitucionalismo, considerando

[17] PORTO DA CRUZ, 1928, *Paixão e morte de Sidónio* pp. 13-17.

[18] Alfredo de Freitas Branco foi demitido do Exército, a 29 de maio de 1919, acusado de ser um dos responsáveis pela formação das Juntas Militares e por ter incorrido no crime previsto na «alínea b) do n.º 4 do art.º 2 do D.º n.º 5368 de 8 de Abril, nos termos do D.º de 17 de Maio». PORTO DA CRUZ, 1928, *Paixão e morte de Sidónio*, p. 74.

[19] Para aprofundar este assunto leia-se S.A., 1921, *A Questão Dinástica* […].

[20] A revista *Acção Realista*, órgão da Acção Realista Portuguesa, iniciou a sua publicação em Lisboa, a 22 de Maio de 1924. Teve 3 séries, de Maio de 1924 a Outubro de 1926, num total de 32 números. A primeira série foi publicada de 22 de Maio a 15 de Dezembro de 1924 (Ano I); a segunda série corresponde de 1 de Janeiro a 15 de Dezembro de 1925 (Ano II); a terceira série, de Janeiro a Março de 1926 (Ano III). As instalações da redacção situavam-se na Rua da Barroca, 59. A revista *Acção Realista* era dirigida por Ernesto Gonçalves, que era também o redactor principal, sendo o seu editor António Ferreira Júnior.

[21] PORTO DA CRUZ, 1924, «Aos Combatentes da Monarquia Nova», p. 30.

«que é tão anti-patriótico como a República, que tem tantas responsabilidades como a República, que é tão maçónico e anti-católico como a República»[22]. No mesmo artigo acreditava que a Monarquia voltaria em breve, estando de acordo com os ideais integralistas: «uma *Monarquia nova*, onde as *Classes*, as Profissões e as Províncias se representem e façam voltar a vida nacional ao equilíbrio perdido nas jornadas terríveis de 1820 e de 1834»[23].

Nesta revista, o Visconde assina ainda dois artigos, sob o título de «O Perigo Judeu I» e «O Perigo Judeu II», nos quais se insurge contra os judeus, revelando um carácter anti-semita[24]. Esta faceta era também o pensamento dos integralistas, tendo, inclusivamente, os principais mentores do Integralismo Lusitano deixado alguns escritos de teor racista; por exemplo, António Sardinha chegou a «identifica[r] os plutocratas como «judeus contemporâneos»»[25].

O integralismo entra agora numa nova fase doutrinária, reforçando a sua acção ideológica nas facções conservadoras, tendo em vista dois focos principais: sindicalista e nacionalista. Nesta nova fase ideológica do movimento, Freitas Branco realiza algumas conferências, abordando as temáticas da questão social e do sindicalismo. No dia 7 de Junho de 1923, no Centro Sidónio Pais, em Lisboa, apresenta ao público uma palestra com o tema «A questão social – Sindicalismo-Morte, Sindicalismo-Vida». Ainda naquele ano, realizou um ciclo de conferências, no Núcleo Regional de Lisboa das Juventudes Monárquicas Conservadoras, sob o título de «Sindicalismo-Morte, Sindicalismo-Vida». A série de conferências foi apresentada em quatro sessões, nas quais abordou temas como História e Trabalho; Correntes Sindicalistas; Organização da Classe Trabalhadora; Organização sindicalista em França, Itália e Espanha; e Sindicalismo em Portugal.

Em 1926, os integralistas apoiaram o golpe militar de 28 de Maio, que substituiu a República Parlamentar pela Ditadura Militar. Estes decidiram apoiar a Ditadura, pois acreditavam que se seguiria a restauração monárquica e também porque esta era a vontade de D. Manuel II, no exílio, que deu instruções para que apoiassem o Governo. O Visconde do Porto da Cruz também colaborou na insurreição militar, como o próprio confirmou: «Quando chegou, em 28 de Maio de 1926, a hora da Revolução Nacional eu estava no meu posto, pronto para a luta contra a política individualista e sectária dos «partidos políticos» que dividiam e ameaçavam a vida da Nação»[26].

---

[22] PORTO DA CRUZ, 1924, «Definindo bem», p. 156.

[23] PORTO DA CRUZ, 1924, «Definindo bem», p. 153 (itálico do autor).

[24] PORTO DA CRUZ, 1924, «O Perigo Judeu I», pp. 53-55 e 1924, «O Perigo Judeu II», pp. 96-98.

[25] CRUZ, 1982, «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», p. 166. A este propósito veja-se, por exemplo, SARDINHA, 1934, *A prol do Comum. Doutrina & História*.

[26] PORTO DA CRUZ, 1949, *Olhando o passado... considerando o futuro*, p. 3.

No início sentiu-se desiludido com o governo do General Gomes da Costa, por não serem cumpridas as promessas de ser readmitido no Exército. Contudo, acabou por apoiar a Ditadura, após o golpe de 2 de Fevereiro de 1927, chegando a considerar que «o programa integralista apresentado pelo Ditador Gomes da Costa e que o Governo da Ditadura Nacional tem procurado realizar, apoiado pela Força e pelo sentimento unânime do Povo Português é bem o reviver do Pensamento de Sidónio Pais»[27].

Em 1932, Salazar convidou os monárquicos a colaborar com a União Nacional, comunicando-lhes a improbabilidade de se restabelecer a Monarquia a curto prazo. Grande parte dos monárquicos aderiu ao Estado Novo, enquanto os integralistas mantiveram-se na oposição, tendo alguns dos seus elementos vindo a mobilizar-se e a fundar o Movimento Nacional-Sindicalista[28]. O grupo, também conhecido pelos "Camisas Azuis", era liderado por Francisco Rolão Preto e pretendia aproximar o movimento aos modelos fascistas europeus, nomeadamente o fascismo italiano. O nacional-sindicalismo reuniu antigos integralistas e antigos membros da Acção Realista Portuguesa, e a ele também aderiu o Visconde do Porto da Cruz, entretanto seduzido pelo fascismo. Mais tarde, após a dissolução do movimento, iria colaborar com o Estado Novo e admirar a figura de Oliveira Salazar, até, por fim, desencantar-se com a política.

Fontes e Bibliografia

ASCENSÃO, Leão Ramos, 1943, *O integralismo lusitano*, Lisboa, Edições Gama.

BRANCO, Alfredo de Freitas, 1915, «Pela Monarchia», in *O Realista*, n.º 1, pp. 3-4.

BRANCO, Alfredo de Freitas, 1917, «Definindo Atitudes», in *O Realista*, n.º 4, p. 1.

CRUZ, Manuel Braga da, 1982, «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», in *Análise Social* vol. XVIII, n.º 70 – 1.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 137-182.

GOMES, Sílvia Gilberta, 2013, *Memória e Promoção Cultural Madeirense na Obra do Visconde do Porto da Cruz*, Dissertação de Mestrado em Gestão Cultural, Funchal, Universidade da Madeira.

JANES, Emanuel, 1997, *Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos anos trinta (1928-1926)*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico.

[27] PORTO DA CRUZ, 1928, *Paixão e morte de Sidónio*, p. 96.

[28] CRUZ, 1982, «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», pp. 172-174.

RAMOS, Rui, 1994, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. 6 de MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.

PORTO DA CRUZ, 1917, *A Acção do Estado nas suas relações com a Egreja Catholica*, Lisboa, Casa Catholica.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1924, «Aos Combatentes da Monarquia Nova», in *Acção Realista*, n.º 2, p. 30.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1924, «Definindo bem», in *Acção Realista*, n.º 8, pp. 153-156.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1924, «O Perigo Judeu I», in *Acção Realista*, n.º 3, pp. 53-55.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1924, «O Perigo Judeu II», in *Acção Realista*, n.º 5, pp. 96-98.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1928, *Paixão e morte de Sidónio*, Funchal, Tipografia Esperança.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1949, *Olhando o passado... considerando o futuro*, [Funchal], ed. do autor.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1950, *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira. II Volume 2.º Período: 1820-1910*, [Funchal], Câmara Municipal do Funchal.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1953, *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira. III Volume 3.º Período: 1910-1952*, [Funchal], Câmara Municipal do Funchal.

S.A., 1917, «Entrevista de Arte – O que nos diz um escriptor monarchico – Sobre o integralismo em Portugal», in *Diário da Madeira*, n.º 1753, p. 1.

S.A., 1921, *A Questão Dinástica. Documentos para a História, Mandados Coligir e Publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano,* Lisboa, Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, Lda.

SARDINHA, António,1934, *A prol do Comum. Doutrina & História,* Lisboa, Livraria Ferin Editora.